

Revista da

Defensoria Pública

do Distrito Federal

VOLUME V – Nº 02

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Número regular

2023

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Editor-chefe da RDPDF
Alberto Carvalho Amaral

ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal <i>Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship</i>	Brasília	v. 5	n. 2	p. 196	maio-ago.	2023
---	----------	------	------	--------	-----------	------

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Defensor Público-Geral

Celestino Chupel

Subdefensores Públicos-Gerais

Emmanuela Saboya

Fabício Rodrigues de Sousa

Corregedor-Geral

Juliana Leandra de Lima Lopes

Ouvidora-Geral

Patrícia Pereira de Almeida

CONSELHO SUPERIOR

Ricardo Lustosa Pierre – Categoria Especial

Reinaldo Rossano Alves – Classe Intermediária

Mayara Lima Tachy – Classe Intermediária

Filipe Bastos Nogueira – Classe Intermediária

Guilherme Gomes Vieira – Classe Inicial

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal
vol. 5, n. 2 (2023). Brasília: Defensoria Pública do Distrito Federal, 2023.

ISSN Eletrônico: 2674-5755

ISSN Impresso: 2674-5739

Quadrimestral.

Editor: Alberto Carvalho Amaral, 2019-[ATUAL]

Disponível também online: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

1. AMARAL, Alberto Carvalho. 2. Direito. 3. Assistência Jurídica, periódico. 4. Defensoria Pública, Brasil. Escola de Assistência Jurídica

CDU 34
CDDir 340.0581

Ficha catalográfica elaborada pela Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Coordenação e distribuição

Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)

Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, térreo
70.711-070 - Brasília/DF Tel.: (61) 3318-0287

Visite nosso site: <http://revista.defensoria.df.gov.br/> E-mail: escoladpdf@gmail.com

Diretor: Evenin Eustáquio de Ávila

Conselho Editorial

Alberto Carvalho Amaral, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ana Luiza Barbosa Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Antônio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Fernando Henrique Lopes Honorato, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Guilherme Gomes Vieira, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Reinaldo Rossano Alves, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ricardo Lustosa Pierre, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Conselho Consultivo

Alexandre Bernardino Costa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

Bruno Amaral Machado, Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Carlos Sávio Gomes Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Daniel Pires Novais Dias, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, Brasil.

David Sanchez Rubio, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.

Élida Graziane Pinto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Gabriel Ignacio Anitua Marsan, Universidad Buenos Aires, Argentina.

Jose Geraldo de Sousa Junior, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Lourdes Maria Bandeira (*in memoriam*).

Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Talita Tatiana Dias Rampin, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Editor-chefe

Alberto Carvalho Amaral, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

E-mail: editor.revista@defensoria.df.gov.br

Equipe Técnica

Layout da Capa e Diagramação

EASJUR e RDPDF

Acesso aberto e gratuito – Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores – Citação parcial permitida com referência à fonte.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

Qualis CAPES (2017-2020): B1

Indexadores: CAPES / Sumários.org / EZ3 / Diadorim / Latindex 2.0 / ResearchBib / Google Scholar / Livre / Index Copernicus International / SHERPA RoMEO Jisc / CiteFactor / ACAAP / U. Porto / Redib / Academia.edu / DOAJ / Oasisbr / La Referencia / Fidmath / Biblioteca do Senado Federal / ERIH PLUS / BASE / Scopus / Miguilim

CORPO DE PARECERISTAS (2023)

Ph.D. Álvaro Carlos Ramos Barbosa (UERJ – RJ, Brasil)

Ph.D. Ana Carolina Santos Leal da Rocha Bernardes (PUCMG - MG, Brasil)

Ph.D. Ana Cristina de Castro (UnB – DF, Brasil)

Ph.D. Arthur Henrique de Pontes Regis (UnB – DF, Brasil)

Ph.D. Cleunice Aparecida Valentim Bastos Pitombo (USP - SP, Brasil)

Ph.D. Cynthia Pereira de Araújo (PUCMG - MG, Brasil)

Ph.D. Edison Tetsuzo Namba (USP - SP, Brasil)

Ph. D. Fabio Tenenblat (UFRJ - RJ, Brasil)

Ph.D. Grazielly Alessandra Baggenstoss (UFSC – SC, Brasil)

Ph.D. Gilda Maria Giraldes Seabra (PUCSP - SP, Brasil)

Ph. D. Gustavo Swain Kfoury (UFSC – SC, Brasil)

Ph.D. Jeferson Ferreira Barbosa (Universitat Regensburg, Alemanha)

Ph.D. Juliana Cesario Alvim Gomes (UFMG - MG, Brasil)

Ph.D. Juliana Ribeiro Brandão (EPD - SP, Brasil)

Ph.D. Paulo Campanha Santana (UDF - DF, Brasil)

Ph. D. Rodrigo Uchôa de Paula (UFC - CE, Brasil)

M. Sc. Alexandre Fernandes Silva (UFMS – MS, Brasil)

M.Sc. Camila Danielle de Jesus Benincasa (USP - SP, Brasil)

M.Sc. Elisianne Campos de Melo Soares (UFRN – RN, Brasil)

M.Sc. Magdiel Pacheco Santos (PUCRS – RS, Brasil)

M.Sc. Matheus Arruda Gomes (UFS – SE, Brasil)

M.Sc. Myrelle Jacob Gonçalves (FMC – MG, Brasil)

M.Sc. Renata Lyra Alves Xavier (UnB – DF, Brasil)

M.Sc. Tiago Kalkmann (UFRGS – RS, Brasil)

Sumário

Editorial 9

Editorial

(Alberto Carvalho Amaral)

1) Práticas lavajatistas e Lawfare: análise crítica à luz do devido processo legal 13

Operation car wash and lawfare: critical review in the light of due process of law

(Cassiane Silva Pereira)

(Maurilio Casas Maia)

2) Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional 35

Against mediocrity, against identitarism: A contribution to brazilian public and academic debate

(Carlos Sávio Teixeira)

(Tiago Medeiros)

3) Gravação ambiental clandestina e sua dissonância no bojo do contencioso eleitoral perante entendimento do Supremo Tribunal Federal..... 53

Clandestine environmental recording and your dissonance in the box of the electoral contest before the understanding of the Supreme Court

(Geovanna Sotero Corcinio)

(Alana Maria Passos Barreto)

4) A constitucionalidade do benefício previdenciário proporcional para migrantes à luz do tema 262 da TNU 69

The constitutionality of the proportional social security benefit for migrants based on TNU topic 262

(Janice Scheila Kieling)

5) Responsabilidade civil no contexto de pandemia: uma análise da compensação financeira em favor dos profissionais de saúde.... 93

Civil responsibility in the pandemic context: an analysis of financial compensation in favor of health professionals

(Edith Maria Barbosa Ramos)

(David Elias Cardoso Câmara)

(Gilmara de Jesus Azevedo Martins)

6) O julgamento do *habeas corpus* nº. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), caso ocorra a reconciliação posterior do casal? 113

The habeas corpus judgment no. 333.195/ms by the superior court of justice: the principle of improper bagatela may be applied to criminal offenses committed under law no. 11.340/06 (maria da penha law), if the couple later reconciles occurs?

(Elenita Araújo e Silva Neta)

7) Benefícios assistenciais e o critério de renda: um estudo sobre a necessidade de flexibilização das exigências legais para concessão 135

Assistance benefits and the income criterion: a study about the necessity for flexibilization of legal exigency for concession

(Ana Paula dos Santos Ferreira)

8) Teorias legitimadoras da pena: ciência ou ideologia? Uma análise crítica dos discursos penais dominantes à luz do conceito de ideologia em Marx e Engels 155

Legitimizing theories of punishment: science or ideology? A critical analysis of dominant penal discourses in light of the concept of ideology in Marx and Engels

(Paulo Márcio de Nápolis)

(Jefferson Carús Guedes)

9) O populismo como democracia-limite a partir da obra “O século do populismo: história, teoria e crítica” de Pierre Rosanvallon.... 177

Populism as limit-democracy from the book “The populismo century: history, theory and critique” by Pierre Rosanvallon

(Gabriela Felden Scheuermann)

(Noli Bernardo Hahn)

Sobre os autores	189
<i>About the authors</i>	

Regras para envio de textos.....	193
<i>Author Guidelines</i>	

Editorial

Apresentamos o segundo número do ano de 2023 da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF). O periódico, que objetiva ampliar as discussões jurídicas relevantes no contexto nacional, com a apresentação de qualificada produção acadêmica, inovadora, questionadora e bem fundamentada, sobre temas sociojurídicos relevantes.

Os artigos e resenha selecionados foram apreciados por pareceristas, em processo *double blind peer review*, assegurando-se anonimato e isenção, bem como os textos foram produzidos após a acurada análise pelos(as) autores(as). Como se verá, se caracterizam pela pluralidades de temas e questões veiculadas, que enaltecem a qualidade teórico-argumentativa dos(as) autores(as), enriquecendo a própria leitura deste número da RDPDF.

Em *Práticas lavajatistas e Lawfare: análise crítica à luz do devido processo legal*, Maurilio Casas Maia e Cassiane Silva Pereira investigam academicamente a Operação Lava Jato, destacando possíveis conexões com o Lawfare no Brasil, a partir do uso abusivo de institutos legais, em rompante ao devido processo legal, o artigo desnuda a politicidade do Lawfare, maquiada pela guerra política e pelo discurso de combate à corrupção.

Questionando a influência do identitarismo no Brasil, *Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional*, de Carlos Sávio Teixeira e Tiago Medeiros apontam a necessidade de um debate público pautado na erradicação da denominada “mediocridade nacional” e na necessidade de reformulação das instituições.

Geovanna Sotero Corcinio e Alana Maria Passos Barreto, em *Gravação ambiental clandestina e sua dissonância no bojo do contencioso eleitoral perante entendimento do Supremo Tribunal Federal*, discutem a respeito de gravações clandestinas a partir da evolução jurisprudencial da matéria no âmbito do Processo Penal Eleitoral, indicando uma oscilação de orientações jurisprudenciais e o atual posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral.

Em *A constitucionalidade do benefício previdenciário proporcional para migrantes à luz do tema 262 da TNU*, Janice Scheila Kieling tece considerações a respeito da constitucionalidade do mencionado benefício, quando deferido a migrantes e em quantia proporcional inferior ao salário mínimo, sob a ótica da decisão do Tema 262 da Turma Nacional de Uniformização, situando-a a partir da conformidade legal e da garantia de justiça social aos segurados, além de eventuais condicionantes.

No artigo *Responsabilidade civil no contexto de pandemia: uma análise da compensação financeira em favor dos profissionais de saúde*, Edith Maria Barbosa Ramos, David Elias Cardoso Câmara e Gilmara de Jesus Azevedo Martins buscam analisar sociojuridicamente a Lei n.º 14.128/2021, que prevê a compensação pecuniária para profissionais de saúde incapacitados permanentemente ou de seus herdeiros, no caso de morte, em decorrência da Covid-19.

Elenita Araújo e Silva Neta, em *O julgamento do habeas corpus n.º. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei n.º. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), caso ocorra a reconciliação posterior do casal?*, pretende verificar se é possível a incidência da bagatela imprópria às infrações penais cometidas em contexto de violência doméstica, nas hipóteses de posterior reconciliação dos consortes.

Benefícios assistenciais e o critério de renda: um estudo sobre a necessidade de flexibilização das exigências legais para concessão, de Ana Paula dos Santos Ferreira, critica o rigor existente na análise e ulterior deferimento de benefícios assistenciais, que acabam por excluir a maioria dos requerentes em situação de miserabilidade, dada a complexidade procedimental, distoando de eventual preenchimento dos requisitos pelos pleiteantes, o que, em última análise, contraria as previsões normativas e principiológica dos benefícios assistenciais.

Teorias legitimadoras da pena: ciência ou ideologia? Uma análise crítica dos discursos penais dominantes à luz do conceito de ideologia em Marx e Engels, de Paulo Márcio de Nápolis e Jefferson Carús Guedes, ao revisitar conceitos de Karl Marx e Friedrich Engels, desnudam as lacunas entre os discursos teóricos de legitimação da pena e a realidade prática do Direito Penal, como expressões hegemônicas de uma classe dominantes no modelo de produção capitalista.

Gabriela Felden Scheuermann e Noli Bernardo Hahn, em *O populismo como democracia-limite a partir da obra “O século do populismo: história, teoria e crítica” de Pierre Rosanvallon*, realizam a resenha da mencionada obra, explorando a complexidade e riscos democráticos de governos liderados por líderes populistas.

Os artigos e resenhas instigam reflexões relevantes, sobre temas sociojurídicos que abordarão diversas áreas, como Direito Penal, Direito Processual Penal, direito e sociedade, Direito Eleitoral, Direito Previdenciário, Assistência Social e Ciência Política, o que evidencia que tais temas demandam uma análise complexa e interdisciplinar, para serem devidamente compreendidos e criticados.

Está aberto o convite para a leitura, reflexão e diálogo.

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Sobre os Autores

Alana Maria Passos Barreto

Advogada (OAB/SE). Mestranda em Direito, com concentração em Constitucionalização do Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS). Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Integrante dos Grupos de Pesquisa 'Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social' e 'Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade', cadastrados no diretório do CNPq.

Ana Paula dos Santos Ferreira

Especialização na Escola Superior da Advocacia.

Carlos Sávio Teixeira

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Estuda o pensamento social e político contemporâneo, dando ênfase no trato da dimensão institucional. E dedica-se também à análise do pensamento especificamente brasileiro e da sociedade.

Cassiane Silva Pereira

Graduanda de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

David Elias Cardoso Câmara

Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão (PPGDIR/UFMA). Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Edith Maria Barbosa Ramos

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Mestrado Profissional em Direito na Universidade CEUMA (UniCEUMA).

Elenita Araújo e Silva Neta

Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pós-graduanda em Direito e Prática Previdenciária pelo Centro Educacional Renato Saraiva (CERS). Pós-graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal pelo Centro Educacional de Maceió (UNIMA). Graduada em Direito pelo Centro Educacional de Maceió (UNIMA). Membro associada ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI). Membro da Liga Acadêmica de Ciências Criminais (LACRIM). Advogada.

Gabriela Felden Scheuermann

Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus Santo Ângelo. Mestre em Direitos Especiais pela mesma Universidade. Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus Cerro Largo. E-mail: gabischeuermann.gf@gmail.com

Geovanna Sotero Corcinio

Advogada (OAB/SE). Pós-graduanda em Direito Tributário pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE).

Gilmara de Jesus Azevedo Martins: Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão (PPGDIR/UFMA). Especialista em Planejamento Tributário pela Universidade Mackenzie Rio de Janeiro.

Janice Scheila Kieling

Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Possui especialização (lato sensu) em Direitos Humanos pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais (FACICA)/CEI; além de especializações em Direito Constitucional, Direito da Seguridade Social e Advocacia da Fazenda Pública pela Faculdade Legale.

Jefferson Carús Guedes

Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado (CEUB). Doutor e Mestre em Direito Processual Civil (PUC-SP). Advogado e Consultor Jurídico

Maurilio Casas Maia

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Defensor Público (DPAM). Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB) e Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Pós-graduado lato sensu em "Direitos Civil e Processual Civil" e em "Direito Público: Constitucional e Administrativo". Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e da Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo (ANNEP).

Noli Bernardo Hahn: Pós-doutor pela Faculdades EST. Doutor em Ciências da Religião, Ciências Sociais e Religião, pela UMESP. Professor Tempo Integral da URI, Campus de Santo Ângelo. Integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito.

Paulo Márcio de Nápolis

Mestrando em Direito (CEUB). Defensor Público do Distrito Federal.

Tiago Medeiros

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Regras para envio de textos

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal recebe trabalhos inéditos redigidos em português, inglês, espanhol e italiano.

Os artigos devem ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, excluindo as páginas de referências bibliográficas, redigidas conforme os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e as regras de formatação abaixo indicadas. As resenhas devem possuir de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas.

Textos mais ou menos extensos poderão ser publicados, a critério do Editor Responsável, caso seu tamanho seja justificável.

Para assegurar a confidencialidade no momento de avaliação da contribuição, preservando o *double blind peer review*, o(s) autor(es) devem evitar realizar qualquer tipo de identificação pessoal durante o corpo do texto.

O texto deve conter:

- a) Título do artigo em português (ou no idioma em que o texto está redigido), guardando pertinência direta com o conteúdo do artigo;
- b) Tradução do título para o inglês ("TITLE")
- c) Resumo em português (ou no idioma em que o texto está redigido) com, no mínimo, 100 (cinquenta) e, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) palavras;
- d) Até 5 (cinco) palavras-chave em português (ou no idioma em que o texto está redigido);
- e) Abstract (tradução do Resumo para o inglês);
- f) Keywords (tradução das palavras-chave para o inglês);
- g) Referências bibliográficas ao final do texto, segundo as regras da ABNT.
- h) As citações devem ser feitas em autor-data. Deve-se utilizar nota de rodapé para informações complementares, porém relevantes, ao artigo, que devem seguir rigorosamente o padrão da ABNT, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado.

Os artigos e resenhas devem observar a seguinte formatação:

tamanho da folha: A4

margens: esquerda = 2 cm, direita = 2 cm, superior = 2 cm e inferior = 2 cm

fonte: Times new roman, tamanho 12

espaço entre linhas: 1,5 (um e meio).

alinhamento: justificado.

não colocar espaço entre os parágrafos ("enter").

Título do artigo/resenha: centralizado, em caixa alta, negrito, fonte com tamanho 14.

Deve-se evitar citações diretas destacadas, apenas quando elas forem essenciais para o conteúdo da contribuição. Deverão ser incorporadas no corpo do texto, com utilização de aspas, quando não ultrapassarem 3 (três) linhas. Se possuírem 4 (quatro) linhas ou

mais, deverão ser destacadas, com recuo de 4cm, à esquerda, justificadas, com espaçamento simples entre linhas e fonte com tamanho 11.

REFERÊNCIAS

Para as referências às obras citadas ou mencionadas no texto, deve-se utilizar o sistema autor-data. A indicação do nome dos autores no texto deve ser feita de modo padronizado, mencionando-se seu SOBRENOME, ano da obra e página (p. ex: SOBRENOME, ANO, p.).

Neste sistema, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s), da citação, no caso de citação direta, separadas por vírgula e entre parênteses;

NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As notas de rodapé devem ser feitas no rodapé das páginas, de acordo com as normas da ABNT. As notas de rodapé devem observar a seguinte formatação. Fonte: Times New Roman, Tamanho 10, Espaçamento simples, Justificado.

As referências completas (Referências Bibliográficas) deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, crescente, também de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

Para mais informações: <http://revista.defensoria.df.gov.br>
E-mail: revista@defensoria.df.gov.br

Author Guidelines

The *Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship* receives unpublished works written in Portuguese, English, Spanish and Italian.

Articles must have a minimum of fifteen (15) and a maximum of twenty five (25) pages, excluding bibliographical references, in accordance with the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards and the formatting rules listed below. Book reviews should be from five (5) to ten (10) pages.

At the discretion of the Editor, longer or shorter texts may be published.

To ensure confidentiality at the time of contribution evaluation, preserving the double-blind review, the author (s) should avoid any type of identification in the body of the text.

The text should contain:

- a) title of the article in Portuguese (or in the language in which the text is written), maintaining direct relevance to the content of the article;
- b) Translation of the title into English;
- c) Abstract in Portuguese (or in the language in which the text is written) with a minimum of 100 and a maximum of 250 words;
- d) Five key words in Portuguese (or in the language in which the text is written);
- e) abstract (translation of the abstract into English);
- f) Five keywords (translation of key words into English);
- g) Bibliographical references at the end of the text, according to ABNT rules.
- h) The citations should be made in the author's data. A footnote should be used for essential information to the article, which must strictly follow the ABNT standard, with font Times New Roman, size 10, single spacing, justified.
- i) citations should be avoided in the body of the text, especially transcriptions.

Articles and revisions should note the following formatting:

- Sheet size: A4
- Margins: left = 2 cm, right = 2 cm, upper = 2 cm and lower = 2 cm
- Source: Times New Roman, size 12
- Line spacing: 1.5 (one and a half).
- Alignment: Justified.
- Do not place spaces between paragraphs.

Title of the article / review: centralized, uppercase, bold, font size 14.

The quotes should be avoided. Use it only when they are essential to the content of the contribution. They should be incorporated in the body of the text, with the use of quotation marks, when they do not exceed 3 (three) lines. If they have 4 (four) lines or more, they should be highlighted, with a 4cm indentation on the left, justified, with single line spacing and font size 11.

REFERENCES

For references to works cited or mentioned in the text, the author-date system (APA) must be used. The name of the authors in the text should be made in a standardized way, mentioning their SURNAME, year of the work and page (eg SURNAME, YEAR, p.).

In this system, the indication of the source is made by the last name of each author or by the name of each responsible entity until the first punctuation mark followed by the publication date of the document and the page (s) of the citation , in the case of direct quotation, separated by commas and in parentheses;

FOOTNOTES AND BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

Footnotes should be made at the bottom of the pages, according to ABNT standards. Footnotes should note the following formatting. Source: Times New Roman, Size 10, Simple Spacing, Justified.

The complete references (Bibliographical references) should be presented in alphabetical order at the end of the text, increasing, also according to ABNT norms (NBR-6023).

More information: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

E-mail: revista@defensoria.df.gov.br